

Sumário

Capítulo 1

| | |
|--|----|
| VAMOS CONHECER A ESTRUTURA DO CPC | 33 |
|--|----|

Capítulo 2

| | |
|--|----|
| NORMAS PROCESSUAIS NO CPC | 37 |
| 2.1. Neoprocessualismo | 37 |
| 2.2. Sistema multiportas..... | 38 |
| 2.3. Modelo cooperativo..... | 44 |
| 2.4. Normas fundamentais | 50 |
| 2.4.1. Princípio da primazia do julgamento de mérito e da boa-fé processual objetiva | 50 |
| 2.4.2. Proibição da decisão surpresa (não surpresa)..... | 56 |
| 2.4.3. Dever de uniformização jurisprudencial e o sistema de “precedentes” obrigatórios..... | 62 |

Capítulo 3

| | |
|--|-----|
| PROCEDIMENTO COMUM | 69 |
| 3.1. Petição inicial | 69 |
| 3.2. Saneamento da petição inicial | 90 |
| 3.3. Indeferimento da petição inicial..... | 92 |
| 3.4. Improcedência liminar do pedido | 96 |
| 3.5. Tutelas provisórias | 102 |
| 3.5.1. Tutela antecipada | 114 |
| 3.5.1.1. Tutela antecipada requerida em caráter antecedente e sua estabilização..... | 114 |
| 3.5.1.2. Estabilização da tutela..... | 118 |
| 3.5.1.3. Dinâmica da tutela antecipada requerida em caráter antecedente | 131 |
| 3.5.1.4. Tutela antecipada incidental..... | 151 |
| 3.5.2. Tutela cautelar requerida em caráter antecedente | 153 |
| 3.5.3. Tutela de evidência..... | 164 |
| 3.6. Audiência de conciliação ou de mediação | 174 |
| 3.7. Respostas do réu..... | 187 |

| | | |
|-----------|--|-----|
| 3.7.1. | Contestação | 188 |
| 3.7.2. | Reconvenção..... | 203 |
| 3.8. | Revelia..... | 212 |
| 3.9. | Providências preliminares..... | 222 |
| 3.10. | Julgamento conforme o estado do processo | 223 |
| 3.10.1. | Extinção do processo..... | 223 |
| 3.10.2. | Julgamento antecipado do mérito | 225 |
| 3.10.3. | Julgamento antecipado parcial de mérito..... | 227 |
| 3.10.4. | Decisão de saneamento e a organização processual..... | 237 |
| 3.11. | Das provas..... | 241 |
| 3.11.1. | Teoria geral das provas..... | 241 |
| 3.11.2. | Provas em espécie..... | 263 |
| 3.11.2.1. | Produção antecipada da prova | 263 |
| 3.11.2.2. | Depoimento pessoal das partes e confissão | 274 |
| 3.11.2.3. | Prova documental e ata notarial | 284 |
| 3.11.2.4. | Prova testemunhal..... | 293 |
| 3.11.2.5. | Prova pericial..... | 309 |
| 3.12. | Audiência de instrução e julgamento..... | 325 |
| 3.13. | Sentença | 332 |
| 3.13.1. | Conceito..... | 332 |
| 3.13.2. | Classificação | 335 |
| 3.13.3. | Elementos da sentença | 341 |
| 3.13.4. | Princípio da congruência (decisão <i>extra petita</i> , <i>ultra petita</i> e <i>citra petita</i>) | 344 |
| 3.13.5. | Vedação a sentenças ilíquidas..... | 348 |
| 3.13.6. | Liquidação da sentença..... | 348 |
| 3.13.7. | Irretratabilidade da sentença publicada..... | 358 |
| 3.13.8. | Hipoteca judiciária | 360 |
| 3.13.9. | Remessa necessária (reexame obrigatório)..... | 363 |
| 3.13.10. | Sentenças que impõem prestações de Fazer, de Não Fazer e de Entregar Coisa (tutelas específicas), Tutela inibitória x tutela de remoção de ilícito (ou reintegratória) | 371 |
| 3.13.11. | Ordem cronológica de julgamento (arts. 12 e 153 alterados pela Lei 13.256/2016) | 375 |
| 3.14. | Coisa julgada | 379 |
| 3.14.1. | Efeitos negativos, positivos e preclusivos da coisa julgada..... | 380 |
| 3.14.2. | Coisa julgada material x coisa julgada formal x coisa julgada parcial (ou progressiva)..... | 384 |
| 3.14.3. | Regime de formação da coisa julgada | 388 |
| 3.14.4. | Limites objetivos da coisa julgada | 390 |
| 3.14.5. | Coisa julgada sobre as questões prejudiciais decididas incidentalmente | 392 |

| | |
|---|-----|
| 3.14.6. Limites subjetivos da coisa julgada | 395 |
| 3.14.7. Preclusão | 397 |

Capítulo 4

| | |
|--|-----|
| EXECUÇÃO | 403 |
| 4.1. Título executivo | 406 |
| 4.2. Competência na execução..... | 413 |
| 4.2.1. Competência no cumprimento de sentença | 413 |
| 4.2.2. Competência na execução de título extrajudicial | 416 |
| 4.3. Cumulação de execuções | 416 |
| 4.4. Medidas executivas..... | 417 |
| 4.4.1. Protesto judicial e inscrição em cadastro de inadimplentes | 421 |
| 4.5. Princípios inerentes à atividade executiva | 427 |
| 4.6. Responsabilidade patrimonial e fraudes de devedores..... | 432 |
| 4.7. Espécies de execução | 443 |
| 4.7.1. Cumprimento definitivo da sentença que condena ao pagamento de quantia certa | 443 |
| 4.7.2. Cumprimento provisório de sentença | 454 |
| 4.7.3. Cumprimento de sentença invertido | 464 |
| 4.7.4. Processo de execução por quantia certa fundada em título extrajudicial | 467 |
| 4.7.4.1. Penhora | 482 |
| 4.7.4.1.1. Penhora de salários | 487 |
| 4.7.4.1.2. Ordem de preferência da penhora..... | 490 |
| 4.7.4.1.3. Penhora eletrônica (<i>on-line</i>)..... | 497 |
| 4.7.4.2. Fase de expropriação | 505 |
| 4.8. Resistências do executado | 520 |
| 4.8.1. Impugnação x embargos à execução | 520 |
| 4.8.2. Impugnação ao cumprimento de sentença..... | 523 |
| 4.8.3. Embargos à execução | 542 |
| 4.8.4. Exceção (objeção) a (pré)-executividade..... | 560 |
| 4.9. Parcelamento legal da dívida (MORATÓRIA LEGAL)..... | 565 |
| 4.10. Execução de alimentos (cumprimento de sentença e processo de execução) | 571 |
| 4.11. Execução contra a Fazenda Pública (cumprimento de sentença por quantia certa e processo de execução contra a Fazenda Pública)..... | 583 |
| 4.12. Execução para entrega de coisa (cumprimento de sentença e processo de execução)..... | 596 |
| 4.13. Execução de obrigação de fazer ou de não fazer (cumprimento de sentença e processo de execução)..... | 601 |
| 4.13.1. Cumprimento de sentença que fixa obrigação de fazer e de não fazer | 601 |

| | |
|--|-----|
| 4.13.2. Execução de obrigação de fazer e de não fazer fundada em título extrajudicial..... | 617 |
| 4.14. Medidas executivas atípicas | 623 |
| 4.15. Suspensão e extinção da execução | 634 |
| 4.15.1. Prescrição intercorrente na execução | 635 |
| 4.16. Tabelas sobre execução | 650 |
| 4.16.1. Multas no cumprimento de sentença | 650 |
| 4.16.2. Prazos dos devedores para cumprir as execuções fundadas em títulos executivos extrajudiciais | 651 |
| 4.16.3. Tabela sobre as defesas do executado | 652 |

Capítulo 5

| | |
|---|------------|
| DO PROCESSO NOS TRIBUNAIS E DOS MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS | 655 |
| 5.1. Precedentes judiciais..... | 661 |
| 5.1.1. <i>Ratio decidendi</i> e as questões <i>obiter dicta</i> | 671 |
| 5.1.2. Distinção (<i>distinguishing</i>) e superação (<i>overruling</i>)..... | 675 |
| 5.2. Microsistema de demandas repetitivas..... | 689 |
| 5.3. Reclamação | 693 |
| 5.4. Sistema recursal..... | 706 |
| 5.4.1. Teoria geral dos recursos..... | 707 |
| 5.4.1.1. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito recursal | 710 |
| 5.4.1.2. Efeitos recursais | 731 |
| 5.4.1.3. Recursos que admitem sustentação oral | 743 |
| 5.4.1.4. Prevenção dos recursos..... | 744 |
| 5.4.2. Recursos em espécie | 746 |
| 5.4.2.1. Apelação..... | 747 |
| 5.4.2.2. Agravo de instrumento | 789 |
| 5.4.2.3. Agravo interno | 806 |
| 5.4.2.4. Embargos de declaração | 810 |
| 5.4.2.5. Recurso ordinário..... | 824 |
| 5.4.2.6. Recurso especial (REsp) e extraordinário (RE) | 836 |
| 5.4.2.7. Embargos de divergência..... | 924 |
| 5.5. Causa piloto x procedimento modelo..... | 932 |
| 5.6. Microsistema de incidentes? | 944 |
| 5.7. Incidente de resolução de demandas repetitivas – IRDR..... | 947 |
| 5.8. Incidente de assunção de competência – IAC..... | 970 |
| 5.9. Ação rescisória | 978 |
| 5.10. <i>Querela nullitatis</i> (Ação de nulidade de sentença)..... | 1012 |

 **Capítulo 6**

| | |
|--|------|
| PARTE GERAL | 1019 |
| 6.1. Jurisdição..... | 1023 |
| 6.1.1. Características da jurisdição..... | 1023 |
| 6.1.2. Princípios da jurisdição..... | 1026 |
| 6.1.3. Classificação da jurisdição | 1030 |
| 6.2. Competência..... | 1033 |
| 6.2.1. Fontes da competência | 1034 |
| 6.2.2. Limites da jurisdição nacional..... | 1034 |
| 6.2.3. Cooperação internacional | 1038 |
| 6.2.4. Classificação da competência..... | 1046 |
| 6.2.5. Critérios para a distribuição da competência: matéria X pessoa X função X território X valor | 1050 |
| 6.2.6. Incompetência absoluta e incompetência relativa | 1051 |
| 6.2.7. Competência territorial..... | 1064 |
| 6.2.8. Formas de modificação da competência..... | 1070 |
| 6.2.9. Conflito de competência | 1079 |
| 6.2.10. Cooperação judiciária e o compartilhamento de competências..... | 1090 |
| 6.3. Ação | 1094 |
| 6.4. Processo..... | 1107 |
| 6.5. Pressupostos processuais..... | 1110 |
| 6.6. Sujeitos processuais | 1116 |
| 6.6.1. Partes e procuradores..... | 1116 |
| 6.6.2. Sucessão das partes e dos procuradores | 1120 |
| 6.6.3. Deveres das partes e dos seus procuradores..... | 1126 |
| 6.6.3.1. Ato atentatório x litigância de má-fé | 1128 |
| 6.6.3.2. Despesas processuais, multas e honorários advocatí- cios | 1138 |
| 6.6.3.3. Gratuidade da justiça | 1169 |
| 6.6.4. Pluralidade de partes | 1184 |
| 6.6.4.1. Litisconsórcio..... | 1184 |
| 6.6.4.2. Intervenção de terceiros | 1203 |
| 6.6.5. Juiz | 1256 |
| 6.6.5.1. Impedimento e suspeição..... | 1259 |
| 6.6.6. Ministério Público | 1272 |
| 6.6.7. Advocacia Pública..... | 1279 |
| 6.6.8. Defensoria Pública | 1282 |
| 6.7. Atos processuais | 1297 |
| 6.7.1. Princípios..... | 1297 |
| 6.7.2. Negócios jurídicos processuais | 1301 |

| | | |
|----------|--|------|
| 6.7.3. | Classificação dos atos processuais..... | 1313 |
| 6.7.3.1. | Atos das partes | 1314 |
| 6.7.3.2. | Dos pronunciamentos do juiz | 1320 |
| 6.7.4. | Do tempo para a prática dos atos processuais | 1324 |
| 6.7.5. | Prazos processuais | 1329 |
| 6.7.5.1. | Classificação dos prazos..... | 1329 |
| 6.7.5.2. | Contagem dos prazos..... | 1331 |
| 6.7.5.3. | Suspensão dos prazos..... | 1342 |
| 6.7.5.4. | Prazos diferenciados..... | 1343 |
| 6.7.6. | Comunicação dos atos processuais..... | 1349 |
| 6.7.6.1. | Citação..... | 1351 |
| 6.7.6.2. | Intimação | 1374 |
| 6.7.6.3. | Cartas | 1381 |
| 6.7.7. | Nulidades dos atos processuais..... | 1384 |
| 6.8. | Formação, suspensão e extinção do processo | 1398 |

Capítulo 7

ALGUNS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS E OUTROS ASPECTOS DO CPC

| | | |
|--------|--|------|
| | | 1405 |
| 7.1. | Direito de escolha | 1405 |
| 7.2. | Procedimentos especiais e cumulação de pedidos (art. 327, § 2º)..... | 1407 |
| 7.3. | Ação de consignação em pagamento | 1409 |
| 7.4. | Ações possessórias..... | 1418 |
| 7.5. | Embargos de terceiros..... | 1434 |
| 7.6. | Ação monitória (procedimento monitório ou por injunção) | 1439 |
| 7.6.1. | Peculiaridades da ação monitória proposta diante da Fazenda Pública no CPC/2015..... | 1451 |
| 7.7. | Como ficam as ações de rito sumário com a entrada em vigor do CPC/2015? | 1455 |
| 7.8. | O que acontece com os prazos dos processos em curso com a entrada em vigor do CPC/2015?..... | 1456 |
| 7.9. | Direito intertemporal e os enunciados administrativos do STJ..... | 1457 |

| | |
|---------------------------|------|
| BIBLIOGRAFIA | 1461 |
|---------------------------|------|

| | |
|-------------------------------|------|
| ÍNDICE REMISSIVO | 1481 |
|-------------------------------|------|